ISSN: 2358-8829

VIOLÊNCIA E PROTAGONISMO INFANTIL: DESENVOLVIMENTO DE UMA INTERVENÇÃO PSICOEDUCATIVA

Nathaly Martinez Alves [1]
Ana Beatriz do Prado Schiavone [2]
Alex Sandro Gomes Pessoa [3]

INTRODUÇÃO

A violência intrafamiliar pode ser compreendida como qualquer ação ou omissão de cuidados essenciais que resulte em prejuízos à vítima (MAIA et al., 2017), podendo ser perpetrada tanto por pessoas com vínculos consanguíneos quanto por aquelas que exercem funções parentais. Crianças e adolescentes constituem grupos particularmente vulneráveis a essa forma de violência (CALZA; DELL'AGLIO; SARRIERA, 2016), considerando a assimetria de poder que caracteriza as relações entre adultos e crianças, especialmente em contextos familiares marcados por padrões rígidos de autoridade e hierarquização das relações (ARAÚJO, 2002). Além disso, a condição peculiar de desenvolvimento de crianças e adolescentes, associada ao papel central da família na garantia de cuidados, proteção e educação, estabelece relações de dependência em relação aos adultos responsáveis (NUNES; SALES, 2016), o que pode ampliar sua vulnerabilidade a situações de violência intrafamiliar.

Gawryszewski et al. (2012) propuseram uma classificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes que contempla as formas física, psicológica e sexual, bem como a negligência e o abandono, manifestações que podem ocorrer de maneira concomitante (MOREIRA; SOUZA, 2012). A exposição à violência intrafamiliar durante a infância e a adolescência pode acarretar consequências de curto,

[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar/SP), martineznathaly96@gmail.com;
[2] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar/SP), anabiaschiavone@gmail.com;
[3] Docente e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos, (UFSCar/SP), alexpessoa@ufscar.br

ISSN: 2358-8829

médio e longo prazo, com repercussões em diferentes dimensões do desenvolvimento e ao longo da trajetória de vida das vítimas (MOURA et al., 2014).

A Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano (AEDH) compreende o desenvolvimento humano a partir das interações dinâmicas entre processo, pessoa, contexto e tempo (BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998). Nessa perspectiva, crianças e adolescentes são reconhecidos como sujeitos ativos em seus processos de desenvolvimento, que atribuem significados às suas experiências e constroem interpretações acerca dos contextos nos quais estão inseridos (BRONFENBRENNER, 2011; PETRUCCI; BORSA; KOLLER, 2016). Dessa forma, a adoção desse referencial teórico no estudo da violência contra crianças e adolescente pode contribuir para a compreensão dos fatores individuais e contextuais envolvidos nesse fenômeno, subsidiando o desenvolvimento de intervenções voltadas à sua prevenção.

Sob a perspectiva desse referencial teórico, a violência intrafamiliar pode produzir repercussões não apenas para a criança ou adolescente diretamente vitimizado, mas também para as relações estabelecidas no microssistema familiar. Além disso, os demais sistemas ecológicos, como o mesossistema (relações entre família, escola e vizinhança) e o exossistema (instituições públicas, como os órgãos responsáveis pela assistência social), podem contribuir tanto para a manutenção quanto para o enfrentamento das situações de violência (DE ANTONI; KOLLER, 2011; BHONA et al., 2014). Nesse contexto, as intervenções desenvolvidas no ambiente escolar apresentam potencial para a prevenção da violência, uma vez que a escola, enquanto microssistema, pode favorecer a construção de relações protetivas e o fortalecimento do protagonismo infantil no enfrentamento à violência (LEME et al., 2015; LIBÓRIO; UNGAR, 2014).

Embora a violência seja um fenômeno presente em diferentes contextos, mesmo diante dos avanços na garantia dos direitos de crianças e adolescentes, estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), intervenções voltadas à prevenção da violência contra esse público ainda são escassas (CALZA; DELL'AGLIO; SARRIERA, 2016). Dessa forma, propostas inovadoras de prevenção primária podem contribuir substancialmente para o enfrentamento desse cenário.

ISSN: 2358-8829

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O programa interventivo foi desenvolvido em conjunto com pesquisadores do Laboratório de Análise e Prevenção da Violência (LAPREV) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O objetivo central da intervenção é o desenvolvimento de condutas autoprotetivas e do fortalecimento do protagonismo infantil no enfrentamento a violência.

As condutas autoprotetivas são compreendidas como um conjunto de conhecimentos, habilidades e comportamentos que permitem ao indivíduo reconhecer situações de risco e adotar estratégias de proteção diante delas. Por sua vez, o conceito de protagonismo infantil adotado no programa refere-se ao desenvolvimento de recursos pessoais e sociais que favoreçam a participação ativa da criança na identificação de situações de violência e no apoio aos seus pares.

O programa adota como referencial teórico a Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano (AEDH), proposta por Urie Bronfenbrenner (BRONFENBRENNER, 2011). Considerando que a escola integra o microssistema de crianças e adolescentes, ela apresenta potencial para se constituir como um importante espaço de proteção e promoção de direitos. Nesse sentido, as instituições escolares representam contextos propícios à implementação de intervenções voltadas à prevenção da violência (PIETRO; YUNES; LIMA, 2014).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O programa interventivo está estruturado em 10 sessões semanais, com duração aproximada de 1 hora e 30 minutos cada, distribuídas em três blocos temáticos. Cada sessão contempla, em média, três atividades lúdicas e psicoeducativas, elaboradas de acordo com os objetivos e conteúdos propostos e adequadas à faixa etária dos participantes, de 8 a 9 anos.

O primeiro bloco, denominado “Autoconhecimento”, compreende as sessões 1 a 3 e tem como objetivos promover um ambiente acolhedor, favorecer o estabelecimento de vínculos entre as crianças, o mediador e o auxiliares, apresentar a proposta interventiva e estimular o reconhecimento de características pessoais, da autoimagem e das emoções. A abordagem desses temas busca criar condições para que as crianças

ISSN: 2358-8829

expressem seus sentimentos e reconheçam seus próprios limites e necessidades, aspectos importantes para o desenvolvimento das atividades subsequentes.

O segundo bloco, intitulado “Conceituando e nomeando as violências”, abrange as sessões 4 a 7 e tem como objetivo ampliar a compreensão das crianças acerca das diferentes manifestações da violência, favorecendo o reconhecimento de situações que violam seus direitos. As atividades contemplam as distintas formas de violência, incluindo violência física, psicológica, sexual, negligência e abandono, além de promoverem reflexões sobre estratégias de resolução não violenta de conflitos.

O terceiro e último bloco, intitulado “Autoproteção”, compreende as sessões 8 a 10 e tem como objetivo apresentar estratégias de proteção e fortalecer o protagonismo infantil no enfrentamento às violências. As atividades abordam a identificação de situações de violência, o reconhecimento da rede de proteção e de locais seguros, além de estratégias de busca de ajuda e apoio aos pares. Adicionalmente, buscam estimular a participação ativa das crianças na promoção e defesa de seus direitos.

A organização da intervenção em três blocos temáticos fundamenta-se em uma abordagem gradual e articulada dos conteúdos, iniciando-se pelo autoconhecimento e pelo desenvolvimento de habilidades socioemocionais, avançando para a compreensão das diferentes manifestações da violência e, posteriormente, para a apresentação de estratégias de proteção. Essa estrutura busca integrar conhecimentos, habilidades e práticas que contribuam para a prevenção das distintas formas de violência e a promoção dos direitos das crianças. Nessa perspectiva, o protagonismo infantil é compreendido como parte dos processos de participação ativa, reconhecendo as crianças como sujeitos de direitos, sem desconsiderar a responsabilidade dos adultos e das instituições pela garantia de sua proteção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo apresentar o processo de desenvolvimento de uma intervenção psicoeducativa direcionada a crianças de 8 a 9 anos, voltada à prevenção primária das diferentes formas de violência, com foco no desenvolvimento de condutas autoprotetivas e no fortalecimento do protagonismo infantil.

A aplicação piloto da intervenção possibilitou uma avaliação preliminar da proposta, permitindo identificar necessidades de ajustes pontuais para seu

aprimoramento, especialmente quanto à compreensão das atividades pelas crianças, à adequação dos materiais utilizados e ao tempo destinado à sua realização. Atualmente, o programa encontra-se em processo de avaliação por juízes especialistas, cujas contribuições subsidiarão seu aperfeiçoamento. Como etapa subsequente, está previsto para fevereiro de 2027 o início de um estudo destinado a avaliar a eficácia da intervenção e a manutenção de seus possíveis efeitos no curto, médio e longo prazo.

Espera-se que o programa interventivo desenvolvido contribua para o aprimoramento de estratégias de prevenção da violência, por meio de recursos educativos que favoreçam o reconhecimento de suas distintas manifestações, a adoção de condutas autoprotetivas e a participação ativa das crianças na promoção e defesa de seus direitos.

Palavras-chave: Violência; Protagonismo Infantil; Intervenção Psicoeducativa

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Laboratório de Análise e Prevenção da Violência (LAPREV), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), pelas contribuições no desenvolvimento do programa interventivo. Agradecem, ainda, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela concessão de bolsas de estudo, cujo apoio financeiro contribuiu para a realização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. F. Violência e abuso sexual na família. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n. 2, p. 3-11, 2002.

BHONA, F. M. C. *et al.* Inter-relações da violência no sistema familiar: estudo domiciliar em um bairro de baixa renda. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 591-598, 2014.

BRONFENBRENNER, U. **Bioecologia do desenvolvimento humano**: tornando os seres humanos mais humanos. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BRONFENBRENNER, U.; MORRIS, P. The ecology of developmental processes. *In*: LERNER, R. M. (ed.). **Handbook of child psychology**: theoretical models of human development. New York: John Wiley & Sons, 1998. v. 1, p. 993-1027.

CALZA, T. Z.; DELL'AGLIO, D. D.; SARRIERA, J. C. Direitos da criança e do adolescente e maus-tratos: epidemiologia e notificação. **SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 1, p. 14-27, 2016.

DE ANTONI, C.; KOLLER, S. H. A pesquisa ecológica sobre violência no microssistema familiar. *In*: KOLLER, S. H. (org.). **Ecologia do desenvolvimento humano**: pesquisa e intervenção no Brasil. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. p. 315-339.

GAWRYSZEWSKI, V. P. *et al.* Maus-tratos contra a criança e o adolescente no Estado de São Paulo, 2009. **Revista da Associação Médica Brasileira**, São Paulo, v. 58, n. 6, p. 659-665, 2012.

LEME, V. B. R. *et al.* Habilidades sociais e o modelo bioecológico do desenvolvimento humano: análise e perspectivas. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 181-193, 2016.

LIBÓRIO, R. M. C.; UNGAR, M. Resilience as protagonism: interpersonal relationships, cultural practices, and personal agency among working adolescents in Brazil. **Journal of Youth Studies**, Abingdon, v. 17, n. 5, p. 682-696, 2014.

MAIA, R. C. *et al.* Da proteção ao risco: configurações da violência intrafamiliar na juventude paraense. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 1-10, 2017.

MOREIRA, M. I. C.; SOUZA, S. M. G. Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado à cena pública. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 87-101, 2012.

MOURA, J. P. *et al.* Implicações da violência na infância e adolescência. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 12, n. 1, p. 513-524, 2014.

NUNES, A. J.; SALES, M. C. V. Violência contra crianças no cenário brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 871-880, 2016.

PETRUCCI, G. W.; BORSA, J. C.; KOLLER, S. H. A família e a escola no desenvolvimento socioemocional na infância. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 24, n. 2, p. 391-402, 2016.

PIETRO, A. T.; YUNES, M. A. M.; LIMA, E. D. Programa de intervenção psicoeducacional para professores: a escola como espaço de proteção em casos de abuso sexual. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, Vigo, v. 13, n. 1, p. 1-17, 2014.